

Diário do Legislativo de 22/10/1999

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aduato - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reuniões de Comissões

2 - MATÉRIA VOTADA

2.1 - Plenário

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 4ª REUNIÃO Ordinária da cpi do ipsm

Às quinze horas e quinze minutos do dia vinte e um de setembro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Cristiano Canêdo, Sargento Rodrigues, Cabo Morais e Márcio Kangussu, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Cristiano Canêdo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. Em seguida, informa que a reunião se destina a ouvir os Coronéis Valdelino da Cunha Leite e Ari de Abreu e a discutir e votar proposições da Comissão. São ouvidos os depoentes, cada um por sua vez, a quem são prestados os esclarecimentos sobre o funcionamento das comissões parlamentares de inquérito. Cada depoente é devidamente qualificado e questionado pelos membros da Comissão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 1999.

Antônio Roberto, Presidente - Sargento Rodrigues - Cabo Morais - Márcio Kangussu.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da comissão especial para emitir parecer sobre a proposta de emenda à constituição nº 23/99

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e dois de setembro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Maria Tereza Lara, Marcelo Gonçalves, Eduardo Hermeto e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente "ad hoc", Deputada Maria Tereza Lara, declara aberta a reunião e informa não haver ata a ser lida, por se tratar da 1ª reunião da Comissão, que se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar o relator da matéria. A seguir, determina a distribuição das cédulas de votação e convida o Deputado Marcelo Gonçalves para atuar como escrutinador. Apurados os votos, verifica-se a eleição da Deputada Maria Tereza Lara para Presidente e do Deputado Eduardo Hermeto para Vice-Presidente, ambos com três votos. A Presidente "ad hoc" proclama o resultado da eleição e passa a Presidência ao Vice-Presidente eleito, que a declara empossado como Presidente. A Deputada Maria Tereza Lara assume a direção dos trabalhos, agradece a confiança nela depositada e declara empossado como Vice-Presidente o Deputado Eduardo Hermeto. Após, a Presidência designa o Deputado Eduardo Hermeto como relator da matéria. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece o comparecimento dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 1999.

Maria Tereza Lara, Presidente - Márcio Cunha - Amílcar Martins - Eduardo Hermeto.

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Às quinze horas do dia seis de outubro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Álvaro Antônio, Arlen Santiago, Bilac Pinto e Wanderley Ávila, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Álvaro Antônio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wanderley Ávila, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente lê a correspondência enviada pelo Presidente da Câmara Municipal de Araçuaí. A seguir, passa à discussão e votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. O Presidente passa a palavra ao Deputado Bilac Pinto, que, relator do Projeto de Lei nº 402/99, faz a leitura de seu parecer, mediante o qual conclui pela rejeição da matéria, no 1º turno. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. A seguir, o Presidente passa à discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário e submete a votação os Requerimentos nºs 750, 751, 753 e 756/99, os quais são aprovados. Após, o Presidente passa à discussão e votação de proposições da Comissão. O Deputado Wanderley Ávila pede seja encaminhado ofício ao DER-MG, solicitando o cascalhamento de, aproximadamente, 200m do trecho Porto das Balsas-Rio Mocambinho, para que não se paralise o serviço de travessia sobre o rio São Francisco, em Itacarambi. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. Ato contínuo, o Deputado Wanderley Ávila apresenta requerimento

do Deputado João Paulo, solicitando seja realizada audiência pública para debater sobre a extinção dos ônibus urbanos da linha ll81, que ligam Belo Horizonte ao Município de Rio Manso, para implantação de ônibus rodoviários. Colocada em votação, é a matéria aprovada. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 1999.

Álvaro Antônio, Presidente - Wanderley Ávila - Dinis Pinheiro.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DO DIRETOR-GERAL DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO JEQUITINHONHA - CODEVALE

Às quinze horas e trinta minutos do dia seis de outubro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Paulo Piau, Marcelo Gonçalves e Dimas Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Paulo Piau, declara aberta a reunião e informa que esta se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar o relator. Em seguida, determina a distribuição das cédulas de votação. Nesse momento, o Deputado Dimas Rodrigues se retira e registra-se a presença do Deputado César de Mesquita, que é convidado a atuar como escrutinador. Procedida a contagem dos votos, é eleito Presidente o Deputado Marcelo Gonçalves e Vice-Presidente o Deputado Paulo Piau, ambos com três votos. O Presidente "ad hoc" dá posse ao Presidente eleito, que, em seguida empossa o Deputado Paulo Piau na Vice-Presidência. Agradecendo a confiança nele depositada, o Presidente, na oportunidade, designa como relator da matéria o Deputado César de Mesquita. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 1999.

Marcelo Gonçalves, Presidente - César de Mesquita - Agostinho Silveira - Elbe Brandão - Eduardo Hermeto.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão especial para emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 24/99

Às dez horas e quinze minutos do dia sete de outubro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Pimenta, Paulo Piau e Márcio Cunha, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da 1ª reunião da Comissão, a qual se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar o relator da matéria. O Presidente determina a distribuição das cédulas de votação aos Deputados e convida o Deputado Márcio Cunha para atuar como escrutinador. Apurados os votos, verifica-se a eleição do Deputado Carlos Pimenta para Presidente e do Deputado Márcio Cunha para Vice-Presidente, ambos com três votos. O Presidente "ad hoc" proclama o resultado da eleição e passa a Presidência ao Vice-Presidente eleito, que o declara empossado como Presidente. O Deputado Carlos Pimenta assume a direção dos trabalhos, agradece a confiança nele depositada e declara empossado como Vice-Presidente o Deputado Márcio Cunha. Após, a Presidência designa o Deputado Márcio Cunha como relator da matéria no 1º turno. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 1999.

Carlos Pimenta, Presidente - Márcio Cunha - Alberto Bejani - Marcelo Gonçalves - Paulo Piau.

ATA DA 3ª REUNIÃO Extraordinária da cpi dos fundos

Às quinze horas e quinze minutos do dia quatorze de outubro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dinis Pinheiro, Rogério Correia, Mauro Lobo, Pastor George, Álvaro Antônio e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Encontra-se presente também o Deputado Sebastião Navarro Vieira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Mauro Lobo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar o relatório final dos trabalhos realizados pela Comissão e passa a palavra ao relator, Deputado Rogério Correia, que faz a leitura do relatório final. Após, passa-se à fase de discussão e votação do relatório. Durante a fase de discussão, o Deputado Mauro Lobo solicita vista do relatório, o que é deferido pela Presidência. A seguir, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária a ser realizada no dia 20 de outubro, às 15h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 1999.

Dinis Pinheiro, Presidente - Rogério Correia - Mauro Lobo - Paulo Piau - Álvaro Antônio - José Milton - Antônio Andrade.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DO TITULAR DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO JEQUITINHONHA - CODEVALE

Às quinze horas e trinta minutos do dia vinte de outubro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marcelo Gonçalves, César de Mesquita, Agostinho Silveira, Elbe Brandão e Eduardo Hermeto (substituindo este ao Deputado Paulo Piau, por indicação da Liderança do PFL), membros da supracitada Comissão. Registra-se a presença dos Deputados Alencar da Silveira Júnior, Paulo Pettersen, Márcio Cunha, Sargento Rodrigues e Durval Ângelo. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marcelo Gonçalves, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Agostinho Silveira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros presentes. Em seguida, o Presidente informa que a reunião se destina a arguir o Sr. José Felipe Mota Coelho, indicado para o cargo de Diretor-Geral da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha - CODEVALE -, e a apreciar o parecer do relator. O Presidente convida o sabatinado a tomar assento à mesa e lhe passa a palavra, para que faça suas considerações iniciais. Em seguida, é iniciada a arguição, da qual participam os Deputados. Encerrada essa fase, o Presidente agradece a presença do convidado e suspende a reunião. Reabertos os trabalhos, o Presidente passa a palavra ao Deputado César de Mesquita, que emite parecer, mediante o qual conclui pela aprovação do nome do Sr. José Felipe Mota Coelho para o cargo de Diretor-Geral da CODEVALE. Submetido a discussão e a votação, é aprovado o parecer. A Presidência suspende a reunião por 5 minutos, para a lavratura da ata. Reabertos os trabalhos, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado César de Mesquita, o Presidente dispensa a leitura da ata, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos parlamentares. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e encerra os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 1999.

Marcelo Gonçalves, Presidente - Eduardo Hermeto - César de Mesquita.

MATÉRIA VOTADA

Matéria Votada na 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 20/10/99

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em turno único: os Projetos de Lei nºs 399/99, do Governador do Estado, na forma do Substitutivo nº 1, com as Emendas nºs 7, 31, 33, 35 e com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 32;

e 534/99, do Governador do Estado, na forma do Substitutivo nº 1.

Matéria Votada na 84ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 21/10/99

Foi aprovada a seguinte proposição:

Em redação final: Projeto de Lei nº 399/99, do Governador do Estado.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Piau, Dimas Rodrigues, Luiz Fernando Faria e Márcio Kangussu, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/10/99, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar, no 1º turno, o parecer sobre o Projeto de Lei nº 497/99, do Governador do Estado, que dispõe sobre medidas sanitárias para erradicação de doença animal, tendo como relator o Deputado Dimas Rodrigues.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 1999.

João Batista de Oliveira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para, no Prazo de 60 Dias, Proceder a Estudos sobre os Objetos dos Contratos Firmados pelo Estado com Construtoras Que, de Julho a Dezembro de 1998, Receberam Pagamentos dos Cofres Públicos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Andrade, Doutor Viana, Rogério Correia e Rêmoló Aloise, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 27/10/99, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente, de se designar o relator e de se fixarem o dia e o horário das reuniões ordinárias.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 1999.

Mauro Lobo, Presidente "ad hoc".

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único da Mensagem Nº 52/99

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Diretor-Geral da CODEVALE

Relatório

Por meio da Mensagem nº 86/99, que obedece à Emenda Constitucional nº 26, de 1997, que modificou o art. 62, XXIII, "d", da Constituição do Estado, e a decisão do egrégio Tribunal Federal, o Governador enviou a esta Casa, para exame, o nome do Sr. José Felipe Motta Coelho, indicado para ocupar o cargo de Diretor-Geral da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha - CODEVALE.

Instituída esta Comissão Especial, nos termos do art. 111, I, "c", c/c o § 1º do art. 146, do Regimento Interno, cabe-nos emitir parecer a respeito da referida indicação.

Além de o indicado ter sido submetido a arguição pública, esta Comissão examinou o cumprimento dos demais critérios exigidos para a ocupação do referido cargo.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do indicado para ocupar o cargo de Diretor-Geral da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha - CODEVALE.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 1999.

Marcelo Gonçalves, Presidente - César de Mesquita, relator - Elbe Brandão - Agostinho Silveira - Eduardo Hermeto.

PARECERES PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 424/99

Reunião Conjunta das Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Comissão de Administração Pública

Relatório

De autoria do Procurador-Geral de Justiça, a proposição em epígrafe tem por objetivo alterar o Plano de Carreira do Servidor do Ministério Público.

Publicado em 3/7/99, o projeto foi distribuído à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou.

Agora, o projeto vem a esta Comissão, que, em reunião conjunta com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, emitirá parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Fundamentação

Em seu aspecto essencial, o projeto em exame objetiva adequar o texto da Lei nº 11.181, de 1993, que dispõe sobre o Plano de Carreira do Servidor do Ministério Público do Estado, à Emenda à Constituição nº 19, de 1998, bem como a decisões do Supremo Tribunal Federal, nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 231-7 e 245-7. Visa ainda a dar cumprimento à Lei nº 12.993, de 1998, que dispõe sobre a revisão dos planos de carreira dos servidores dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Tribunal de Contas e do Ministério Público, cujo art. 1º determina que a revisão seja efetuada por meio de lei específica, no prazo de 180 dias, prorrogável por igual período, uma única vez, contado da data de sua publicação.

Devem-se destacar, por outro lado, alguns aspectos do projeto que se nos afiguram bastante positivos.

Primeiramente, a proposta de alteração dos arts. 8º e 9º da Lei nº 11.181, de 1993, que promove a revogação de regras que permitiam o provimento derivado de cargos públicos, em afronta à Constituição da República, que estabelece, no inciso II do art. 37, que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Ademais, o projeto estabelece teto para a remuneração do servidor do Ministério Público, que não poderá exceder a 90% da remuneração do Procurador de Justiça, excetuadas as vantagens por tempo de serviço. Essa medida vai ao encontro dos princípios básicos da administração pública, mormente os da moralidade e da legalidade.

Assim sendo, a oportunidade e a conveniência da proposição parecem bastante claras.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 424/99, no 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 1999.

Márcio Cunha, Presidente - Doutor Viana, relator - Ermano Batista - Chico Rafael - Arlen Santiago.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Ministério Público, por intermédio do Procurador-Geral de Justiça, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo alterar o Plano de Carreira do Servidor Efetivo do Ministério Público e dar outras providências.

Preliminarmente, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria com as Emendas nºs 1 e 2.

Posteriormente, em reunião conjunta com esta Comissão, a Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação da proposição com as referidas emendas.

Agora, vem a matéria a esta Comissão para ser analisada nos lindes de sua competência.

Fundamentação

A proposição em tela tem por objetivo alterar o Plano de Carreira do Servidor do Ministério Público, adaptando-o à Emenda à Constituição nº 19. Além disso, propicia o cumprimento do disposto na Lei nº 12.993, de 30/7/98, que dispõe sobre a revisão dos planos de carreira dos servidores dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

O projeto apresenta aspectos positivos, como o dispositivo que prevê a extinção gradual, com a vacância, de 80 cargos de Agente do Ministério Público.

Outro aspecto importante é a extinção da Gratificação de Incentivo ao Aperfeiçoamento Funcional, de que trata o art. 25 da Lei nº 11.181, de 10/8/93. Essa vantagem acarreta crescimento vegetativo da folha de pagamento, sendo a medida em tela positiva do ponto de vista das finanças públicas.

Importante também é o artigo que estabelece o teto para a remuneração do servidor do Ministério Público em 90% da remuneração do Procurador de Justiça. Isso significa moralização e contenção de gastos.

Também é benéfica para os cofres públicos a extinção do direito à gratificação de 20% do valor atribuído ao símbolo de vencimento do cargo de provimento em comissão, na hipótese de o servidor optar pela remuneração de seu cargo de provimento efetivo.

Finalmente, de acordo com o art. 13 do projeto, a execução da futura lei não acarretará aumento de despesa, que se limitará aos créditos orçamentários consignados no orçamento original do corrente exercício. Assim, a matéria não encontra óbice do ponto de vista financeiro-orçamentário a sua normal tramitação.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 424/99, no 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 1999.

Márcio Cunha, Presidente - Ermano Batista, relator - Arlen Santiago - Sebastião Navarro Vieira - Ivo José.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 21/10/99, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91; 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97; e as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93; 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.595, 1.597, 1.668, 1.738 e 1.779, de 1999, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adelmo Carneiro Leão

exonerando Ana Tereza de Freitas Quintão Américo do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

nomeando Helena Auxiliadora Costa para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas.

Gabinete do Deputado Chico Rafael

exonerando, a partir de 15/10/99, Moyses Candini do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas.

Gabinete do Deputado Dinis Pinheiro

exonerando Magda Pires de Oliveira e Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Márcio Cunha

exonerando Lúcia Helena Pires Aiala de Oliveira do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25, 8 horas;

nomeando Lúcia Helena Pires Aiala de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Pedro José Fonseca Nascimento para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25, 8 horas.

Gabinete do Deputado Miguel Martini

exonerando Sebastião Fagundes de Carvalho do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 8 horas;

nomeando Félix Alejandro Rivera Solís para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 8 horas.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86; 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88; as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89; 434, de 9/4/90; 845, de 11/3/93; 1.189, de 22/2/95; 1.360, de 17/12/96; 1.389, de 6/2/97; 1.418, de 12/3/97; 1.429, de 23/4/97; 1.522, de 4/3/98, e 1.784, de 29/9/99; e a Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

nomeando Ana Tereza de Freitas Quintão Américo para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete do Deputado Adelmo Carneiro Leão, Vice-Líder do PT.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Laboratório Oswaldo Cruz Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência médica aos Deputados e ex-Deputados contribuintes do IPLEMG, a servidores da ALEMG, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Objeto deste aditivo: redução de preço. Vigência: a partir da assinatura.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Telecon Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência técnica e de instalação de equipamentos telefônicos, de manutenção preventiva e corretiva de rede secundária de telefonia. Objeto deste aditivo: 4ª prorrogação. Vigência: de 28/8/99 até 31/12/99, ou a data da conclusão do procedimento licitatório em curso, (o que ocorrer primeiro). Dotação orçamentária: 3.1.3.2.